

DAS

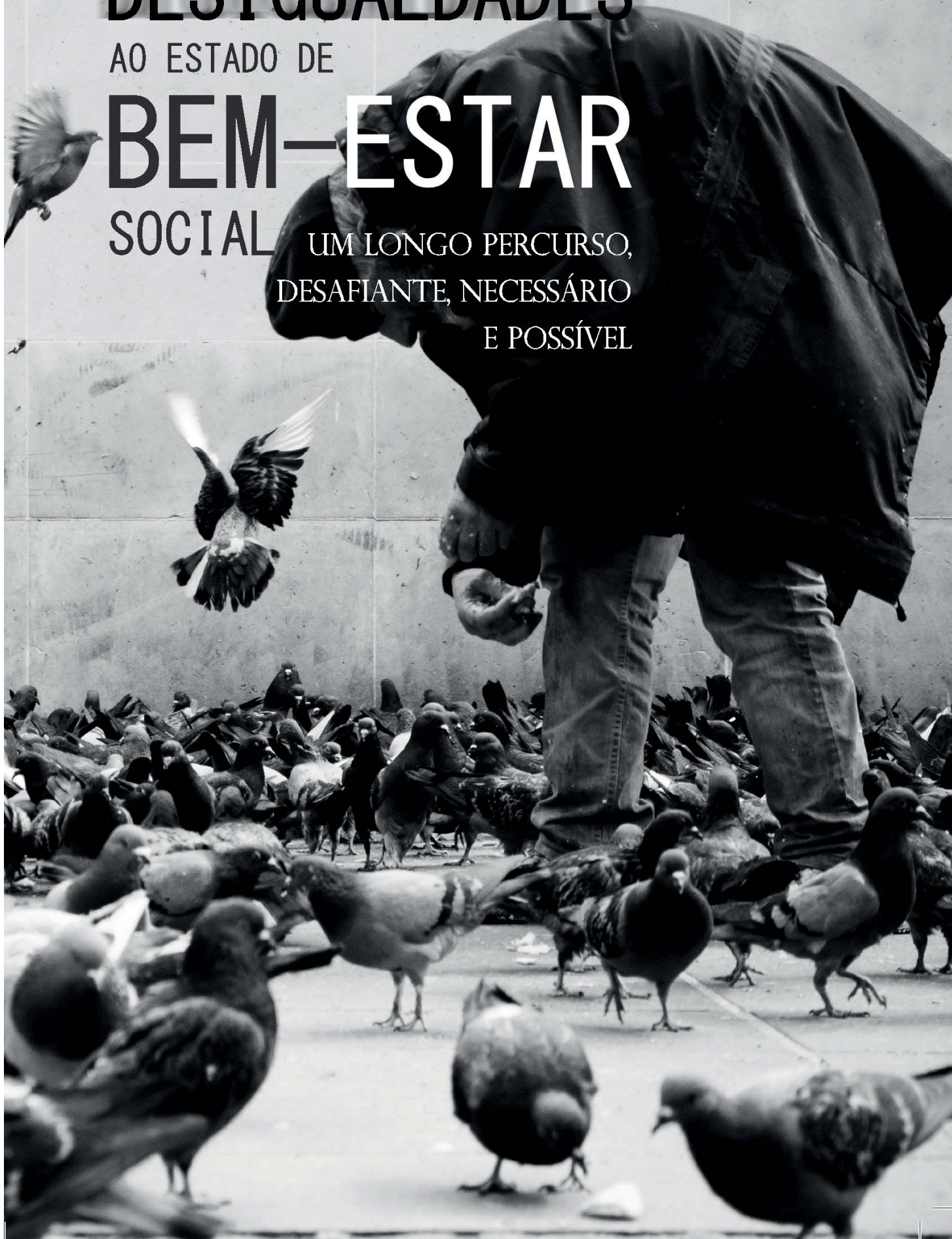
DESIGUALDADES

AO ESTADO DE

BEM-ESTAR

SOCIAL

UM LONGO PERCURSO,  
DESAFIANTE, NECESSÁRIO  
E POSSÍVEL



## Introdução

Existem dois Brasis.

Um Brasil é malandro, corrupto, desonesto, ladrão, sonegador, egoísta, gosta de levar vantagens, dissimulado, ávido por conchavos para manter algum poder, de fisionomia desfiada e riso fácil, de frouxidão generalizada nas mentes e nos corpos que encarnam deboche. Esse Brasil não tem vergonha de odiar o próprio povo, principalmente se pobre, negro, indígena ou LGBT. Não tem vergonha de conviver tranquilamente com a violência e o autoritarismo, nem tampouco, vergonha de ver pessoas públicas considerarem isso tudo “normal” e pregarem a tortura e violência contra adversários políticos.

O outro Brasil transborda em energia e engenho, mas está reprimido e desencantado. Mas é esse Brasil que trabalha, produz, paga impostos e faz com que o país ainda sobreviva. Esse Brasil tem vergonha de esperar tão pouco do país. É preciso que nesse Brasil as pessoas, independentemente da ideologia, participem ativamente da vida política e social, conversem, discutam e planejem um país mais solidário, soberano e independente. Deixem de ser expectadores e passem a ser protagonistas da história. Têm de identificar que, dentre os inúmeros problemas brasileiros a serem resolvidos, a desigualdade é o ponto de partida.



Os governantes do passado e do presente deveriam, mas não tiveram, e não tem real noção das desigualdades no Brasil. Desigualdades sob o ponto de vista de renda, educação, alimentação, saúde, habitação, direitos individuais, acesso à justiça, serviços públicos, raça e gênero.

O Brasil é, ainda hoje, um dos campeões mundiais de desigualdades, embora a Constituição de 1988 determine que um dos objetivos fundamentais seja “erradicar a pobreza e a marginalização”. A característica mais marcante e visível das desigualdades brasileiras é a concentração de renda. A camada mais rica, cerca de 10% (21 milhões) da população detém 55,5% de toda riqueza nacional. Dentro desse grupo, 1% dos brasileiros (2,1 milhões) possui 27,2% da riqueza. Na outra extremidade, existiam em 2019, 23,3 milhões de brasileiros na pobreza extrema, sobrevivendo com renda diária menor que R\$5,00 (parâmetro do Banco Mundial) e 22 milhões vivendo na pobreza com renda diária entre R\$5,00 e R\$14,00. Segundo os relatórios da ONU, esses números seriam dobrados ao final de 2020 com a cessação do auxílio emergencial, devido à pandemia do Covid-19. Entre os dois extremos, existiam um contingente de 163 milhões (80%) de brasileiros com renda mensal entre R\$420,00 e R\$2.400,00.

A expectativa de vida da população mais rica é de cerca de 79 anos, enquanto que a da população mais pobre é de 54 anos.

Por tudo isso, as desigualdades no Brasil são criminosas porque matam, inconstitucionais porque as políticas pú-



blicas, adotadas ao longo dos séculos, são concentradoras de renda, deixando a grande maioria da população no limite da sobrevivência, e vergonhosas porque ainda são desejadas por muitos, imperceptíveis ou indiferentes para tantos outros.

Os ricos não conseguem, só eles, ditar os rumos da economia que lhes convenham, mas na partição da renda conseguem ficar com a melhor parte pois entendem da “arte”. Essa “arte” consiste em compra direta, propina, financiamento de campanhas políticas e outros tantos meios obscuros para manterem os políticos, tanto do executivo quanto do legislativo, reféns de um “esquema” (edição de decretos, aprovação de medidas provisórias e projetos de emenda constitucional relacionados com desoneração, isenções, diminuição de alíquotas e outros benefícios). Esses benefícios vão direto para o bolso do rico, o governo deixa de arrecadar e investe menos em programas sociais. Quando o sistema se torna insustentável devido a uma crise econômica ou sanitária, afrouxam o “esquema” através suspensão temporária desses benefícios. E assim a vida segue, o ciclo repetindo indefinidamente.

Os estudos das desigualdades que se baseiam na renda per capita média, que é o quociente entre PIB e o número de habitantes levam a erros grosseiros de percepção. Isto porque o quadro analisado apenas com a renda per capita mensal no Brasil, que em 2019, foi de cerca de US\$1.100,00, dá a impressão que não é de todo ruim. Acontece que o Brasil é extremamente desigual e esse valor de US\$1.100,00





representa apenas uma média entre uma renda mensal menor que US\$57,00 e outra renda mensal maior que US\$90 mil, das duas extremidades das classes sociais. Além disso, se for feita uma análise comparativa, o país necessitaria de 20 anos, mantendo uma taxa de crescimento de 4% ao ano, para atingir o patamar da Espanha que é de cerca de US\$ 2.100,00 mensal. Isto é, o Brasil pelo seu PIB é um dos dez países mais ricos do mundo, mas pelo seu PIB per capita, é um país pobre e pelo seu PIB per capita por classes sociais, é um dos países mais desiguais do mundo.

Do cenário atual, para atingir um nível de bem-estar social, nos moldes dos países nórdicos, o Brasil precisa atacar três frentes simultaneamente: crescimento econômico, políticas públicas de combate draconiano das desigualdades e educação de qualidade, em todos os níveis, ao alcance de todos.

O crescimento econômico, com eliminação de subsídios, benefícios fiscais, desoneração e outros agrados aos mais ricos, promoverá a mudança do “status quo” em que uns ganham e outros perdem, para a equação em que todos ganham. Ao mesmo tempo, devem-se estabelecer políticas públicas que promovam redistribuição de renda com um programa consistente de renda básica ou mesmo o Bolsa Família muito mais robustecido. A educação de qualidade a todos garantirá a sustentabilidade dos programas sociais, isto é, possibilitará maior mobilidade social e a ascensão de um nível para um patamar superior.



Para implementar essas três frentes, o governante deve se cercar de mentes brilhantes para construir uma base para ser bem-sucedido: governo eficiente e íntegro, disciplina, ordem social e respeito às leis.

No capítulo 1 são abordados aspectos da economia brasileira que é assentada no tripé de atividades: agronegócios, serviços e indústrias. É destacado um desequilíbrio nas três atividades no tocante à contribuição no PIB do país e são enfatizadas as potencialidades de cada setor.

No capítulo 2 é contextualizada a desigualdade, mostrando que ela não é um mero acaso na história da sociedade brasileira, mas sim, fruto de escolhas políticas e institucionais deliberadas. O Brasil ainda é, hoje, dividido entre uma elite riquíssima, uma elite rica, uma classe média e uma massa plebeia. É mostrado como são classificados e quantos são os pobres e os miseráveis.

No capítulo 3 são enumeradas várias barreiras que dificultam o combate às desigualdades, como políticas econômicas do passado e do presente, sistema tributário regressivo, política de distribuição de renda, privatizações, colapso industrial, desemprego, fuga de cérebros e retóricas nocivas.

Na segunda parte, capítulo 4 é discutido a globalização.

Nos capítulos 5 e 6 são propostas estratégias políticas de desenvolvimento econômico e social.

No capítulo 7 é discutido o sistema educacional brasileiro atual e são propostos implementos adicionais que visam a promoção de igualdade de oportunidades, quesito básico para



diminuição das desigualdades. É necessário então, estabelecer uma política de ensino voltada para a formação de cidadãos, de profissionais altamente competentes, capazes de liderar as abordagens das complexidades nas fronteiras do conhecimento, e de criar novos processos e até aperfeiçoar os processos usados nas grandes inovações internacionais, por adaptação criativa e engenharia reversa.

No capítulo 8 é delineado um sistema de governo que reúna os melhores talentos da sociedade e que transforma os padrões mais exigentes em uma regra, ressaltando que em um país democrático, a população tem a chance de, periodicamente, escolher seus governantes. Só não pode, sistematicamente, perder essas chances.

Na terceira parte é enfatizada a importância da ciência, do conhecimento, da tecnologia e da inovação na produtividade e competitividade para o desenvolvimento econômico frente à globalização. Destaca também a importância do empreendedorismo.

Finalmente, na quarta parte, é destacado o papel fundamental da universidade, no contexto de uma nação, como o de centro indutor de novas ideias e mudanças.



**Primeira parte**

**RIQUEZA, DISTRIBUIÇÃO  
E PROBLEMAS SOCIAIS.**





[www.editorapenalux.com.br](http://www.editorapenalux.com.br)



[editorapenalux@gmail.com](mailto:editorapenalux@gmail.com)



## Livros iluminam

---

Composto em Minion Pro e  
impresso em Pólen Soft 80g/m<sup>2</sup>  
em São Paulo para Editora Penalux,  
em setembro de 2021.